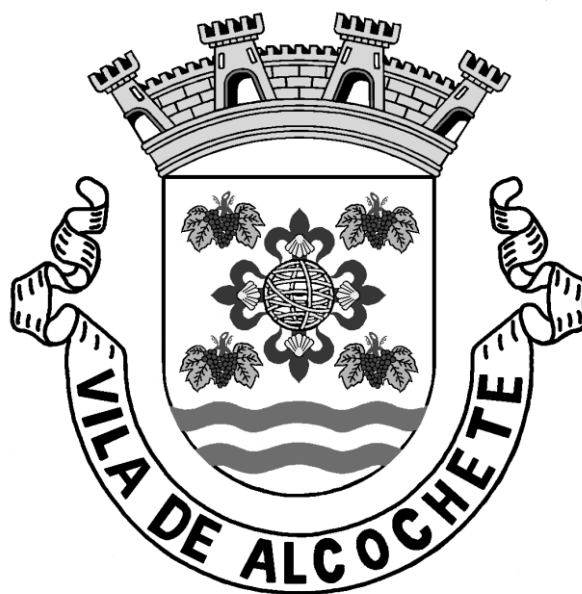




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 19

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA**

EM 28 DE SETEMBRO DE 2022

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	18
C. ORDEM DO DIA.....	18
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	18
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES.....	18
3. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR-PRESIDENTE E VERAÇÃO:	
3.1. CONTRATO DE DOAÇÃO DE UMA PEÇA DE FERNANDO JORGE FERREIRA SIMÕES PESSOA	19
3.2. ISENÇÃO DE PAGAMENTO TAXAS – “BOTE LEÃO”	20
3.3. CONTRATO DE DOAÇÃO DE UM CONJUNTO DE 12 PEÇAS (FOTOGRAFIAS)	20
3.4. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO – PROJETO DE PROSPEÇÃO GEOFÍSICA NA OLARIA ROMANA DO “PORTO DOS CACOS”	21
3.5. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA COM O TÊNIS CLUBE DE ALCOCHETE	23
3.6. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA COM A CASA DO POVO DE ALCOCHETE	24
3.7. ATRIBUIÇÃO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ANO LETIVO 2022/2023.....	25
3.8. RECURSO A RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA DE UM ASSISTENTE OPERACIONAL NA ÁREA DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES	26
4. APOIOS FINANCEIROS.....	27
5. INFORMAÇÕES	28
D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	29
ENCERRAMENTO	30

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes as senhoras vereadoras, Maria de Fátima Maduro Gregório Soares, Ana Sofia Madeira Maduro e Natacha Patrícia Bexiga Patinha e os senhores vereadores, Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Dário João Ferra Moura e Luís Miguel Carraça Franco.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente primeiramente informou que o Centro de Vacinação instalado no Fórum Cultural de Alcochete se encontra em funcionamento, às quartas-feiras e quintas-feiras das 09h00 às 13h00 e das 13h30 às 16h00, de forma a responder ao plano de vacinação covid e vacina da gripe. Desde o dia 08 de setembro já foram inoculados 687 utentes, no que respeita à vacina da gripe.

Continuou a sua intervenção partilhando a seguinte informação:

- “Incubadora de Negócios - AlcocheteUP”

«Já estão a decorrer as obras da futura casa do empreendedorismo de Alcochete, com inauguração prevista para o início do próximo ano.

A incubadora de negócios pretende destacar-se no panorama do empreendedorismo em Portugal como uma referência, assente nos valores da inovação e valorização, sem nunca esquecer o ADN e as tradições locais, com o firme propósito de apoiar a criação de negócios e alavancar os já existentes.

A AlcocheteUP vai contar com um espaço de *coworking* destinado a nómadas digitais, empreendedores singulares e *freelancers* e, ainda incubação virtual e física com 16 postos de trabalho fixos, reservados a empreendedores e empresários.

Nesta ala do Fórum Cultural de Alcochete, que agora se prepara para receber novos projetos e ideias, vai existir ainda uma sala de reuniões e uma área destinada à partilha de experiências e de ideias.

A disponibilização de ferramentas, *workshops*, sessões de inspiração e de esclarecimento, serão algumas das iniciativas em contínuo para a comunidade empreendedora.

Respeitando também os objetivos de desenvolvimento sustentável, a incubadora de negócios de Alcochete contribui para o cumprimento de várias metas, com foco no número 8 “Trabalho digno e crescimento económico”.

Brevemente traremos a esta sessão o Início do Procedimento.»

O senhor vereador Pedro Sérgio Lavrado apresentou a seguinte Moção:

- “Pela urgente normalização do sistema de transportes rodoviários”

«A criação da empresa TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, que gere a marca Carris Metropolitana, foi uma decisão corajosa e ousada de todos os municípios da AML, que delegaram nesta estrutura as suas competências de entidade gestora de transportes, tendo por objetivos a criação do efeito de escala e a mudança de paradigma do transporte público na região mais populosa do país. Era urgente uma resposta às alterações climáticas, com políticas integradas e sustentáveis, que levassem ao incremento da utilização de transporte público, com maior intermodalidade, recurso a energias renováveis e qualidade.

O primeiro passo para esta revolução foi dado com a criação do Passe “Navegante”, que permitiu uma solução tarifária com enormes vantagens para as famílias e que o município de Alcochete apoiou e financia desde a primeira hora, levando, desde logo, ao aumento da utilização do transporte público.

A concessão do serviço de transporte público rodoviário à empresa Alsa Todi, que venceu o concurso internacional desenvolvido pela Área Metropolitana de Lisboa (AML) para a área

4, composta pelos municípios de Alcochete, Montijo, Moita, Palmela e Setúbal, representou o culminar de um enorme esforço técnico, político e de congregação de vontades de todos os municípios da AML, que se propuseram realizar uma transformação sem precedentes no que à oferta e serviço de transporte público dizia respeito.

A expectativa para o início da operação era enorme, pois o consórcio composto pelas empresas Alsa e Transportes Luisa Todi, Lda., conta no seu historial com mais de 100 anos ao serviço do transporte público. A empresa espanhola Alsa é líder no mercado espanhol dos transportes rodoviários, com presença no Reino Unido, Europa Continental, América do Norte, Norte de África e Médio Oriente e conta com mais de 14.500 trabalhadores nos seus quadros.

Acrescia a estes dados, o facto de contar com uma frota de autocarros completamente nova, moderna, tecnologicamente avançada e amiga do ambiente.

Na entrada em operação a 1 de junho de 2022 era expectável algumas dificuldades no arranque do serviço, o que veio a confirmar-se, embora numa escala muito maior do que seria razoável. Desde a primeira hora que existe falta de motoristas e até conflitos laborais que dificultaram bastante os primeiros tempos da operação. No entanto, com o acompanhamento técnico e político diário, quase hora a hora, foi possível aos poucos ir resolvendo problemas, fazendo ajustes e o sistema estabilizou durante os meses de verão, embora sempre com dificuldades operacionais muito significativas.

Refira-se, que no outro lote da Península de Setúbal, a área 3, iniciado a 1 de julho, a situação é idêntica e os municípios da margem norte adiaram a entrada em operação para 1 de janeiro de 2023.

No Conselho Metropolitano realizado a 25 de agosto e após várias reuniões técnicas com vista à preparação do ano escolar, o município questionou e alertou para o início do ano letivo, um período particularmente sensível para as crianças e suas famílias, que levaria a um incremento de carreiras e a um aumento significativo do número de utilizadores. Fomos informados pela TML, que tinha garantias do operador do pleno funcionamento de todas as

linhas e horários escolares, afirmando que estavam garantidas todas as condições para o início do ano escolar sem percalços.

Infelizmente, como está à vista de todos, tal realidade está muito, mas muito longe de ter acontecido.

A justificação que, de há algum tempo a esta parte, obtemos por parte da TML e do operador é que faltam motoristas, que não conseguem recrutar no mercado nacional e que, por esse motivo, estão a recrutar 61 motoristas em Cabo Verde para suprir as carências de mão de obra.

No entanto, esta justificação, só por si, é inaceitável e claramente insuficiente!

Ainda antes do início da operação alertamos para o facto de a Loja do Espaço Navegante não permitir o acesso a utentes com mobilidade reduzida, o que ainda hoje acontece, sem qualquer resolução. A Autarquia forneceu uma lista de imóveis particulares que poderiam servir para os efeitos pretendidos, mas até ao momento não obtivemos resposta relativamente à resolução da situação, lembrando, que esta é uma responsabilidade do operador.

Também antes da entrada em operação, detetámos falhas na informação da rede e, embora não fosse nossa competência, fizemos correção de traçados, de georreferenciação e de nomenclatura de locais de paragem, para garantir o sucesso da rede. Partilhámos toda a informação com TML e o operador, contudo, continuamos a detetar falhas diárias, tais como, carreiras que não param nos locais estabelecidos na respetiva linha, circulações inexistentes e/ou realizadas de forma aparentemente aleatória, circulações efetuadas por linhas anteriormente operadas pelos TST que levam a que novas rotas e novas paragens não sejam contempladas.

Continuam a ser detetadas diariamente falhas nos horários, que são prontamente reportadas pelos nossos serviços técnicos, circulações por realizar, atualizações de horários não colocados nas paragens, em hora de ponta trabalhadores e estudantes estão a ficar prejudicados por falta de viaturas circulantes ou lugares disponíveis nas que são utilizadas,

utentes que têm de se deslocar várias paragens distantes da sua para conseguir apanhar lugar, os horários escolares não estão a ser efetuados na totalidade e crianças que têm ficado nas paragens tendo de recorrer a transportes privados para se deslocar para a escola.

Também no que diz respeito ao controlo da rede, uma das grandes inovações deste sistema, também pouco ou nada funciona. Ainda existem viaturas que não têm display exterior com informação do número da carreira, logo, dificilmente os utentes as conseguem identificar, continuando a subsistir falhas no sistema de bordo de controlo da bilhética. Continua a não existir dados que devem ser fornecidos pelos sistemas de navegação das viaturas, logo não é possível aferir acerca da real prestação dos serviços, impossibilitando a TML de aferir em tempo real e com fiabilidade, qual o nível de serviço que é prestado, o que, num contrato onde a remuneração do serviço é paga ao Km realizado, é muito grave! Mais incompreensível ainda, é o facto de as escalas dos motoristas serem elaboradas em papel, à mão, sem existir um sistema informático para este efeito com todo o potencial de possíveis erros que este sistema acarreta.

O estado a que chegou este mau serviço de transportes rodoviários é completamente inaceitável e assume contornos de uma gravidade extrema. Os incómodos e os transtornos causados a milhares de pessoas, diariamente, decorrentes deste funcionamento caótico, têm de ter consequências e não pode ficar impune.

Neste momento, em nome da população e dos seus superiores interesses, o Município continua a cooperar tecnicamente com a TML, tentando no limite das suas capacidades e muitas vezes, além das suas responsabilidades, fazer parte da solução.

Reiteramos, que continuamos a acreditar nas premissas iniciais deste processo e que ele é o caminho para um melhor, mais moderno e sustentável sistema de transportes públicos, mas, caso a situação não se inverta rapidamente, deixaremos de estar disponíveis para continuar a financiar este sistema.

A Câmara Municipal de Alcochete, reunida a 28 de setembro de 2022, exige à AML, à TML e à empresa Alsa Todi:

- Que sejam tomadas medidas concretas com vista à urgente normalização do sistema de transportes públicos rodoviários, recorrendo, se necessário, à contratação de serviços externos à empresa, quer de motoristas, quer de viaturas, para suprir no imediato as graves falhas de serviço já enumeradas e até que os motoristas contratados tenham condições de entrar em circulação;
- Que sejam aferidas e aplicadas à empresa todas as penalidades previstas em contrato, pelo flagrante incumprimento para com o nosso município, a sua população e demais municípios da área 4;
- Que sejam assacadas todas as responsabilidades desta situação, em todos os níveis hierárquicos, e que as mesmas sejam assumidas até às últimas consequências.

Mais se propõe dar conhecimento da presente Moção às seguintes entidades:

Sua Excelência, o Presidente da República;

Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República;

Sua Excelência, o Primeiro-Ministro;

Sua Excelência, o Ministro das Infraestruturas e da Habitação;

Grupos Parlamentares da Assembleia da República;

Área Metropolitana de Lisboa;

Câmaras e Assembleias Municipais dos Municípios da área 4;

Assembleia Municipal de Alcochete;

Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Alcochete;

Transportes Metropolitanos de Lisboa;

Alsa Todi;

Comunicação social;

Agrupamento de Escolas de Alcochete;

FAPEECA – Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Alcochete

Os Eleitos do Partido Socialista na Câmara Municipal de Alcochete.»

Submetida à discussão, o senhor presidente manifestou a sua total solidariedade com todos os utilizadores deste transporte rodoviário, por todos os constrangimentos, todos os problemas que ao longo dos últimos meses se tem vindo a assistir.

Referiu que esta Moção é mais um grito de revolta, para juntar a inúmeros gritos que desde o dia 1 de junho de 2022 se tem vindo a preconizar em sede própria, nomeadamente na AML (Área Metropolitana de Lisboa) e no Conselho Metropolitano de Mobilidade, através das muitas reuniões que manteve com o primeiro secretário da AML e o respetivo operador.

Confessou que ficou pasmado, como é que duas empresas, um consórcio denominado por Alsa Todi, cujo objeto social é o transporte rodoviário de passageiros, em que a sede mãe de uma das empresas deste consórcio tem mais de um século de experiência, como é possível chegar ao ponto a que se chegou.

Adiantou que este é um processo que tinha tudo para ser um verdadeiro êxito, num trabalho hercúleo da AML, envolvendo todos os partidos políticos nela representada, com aprovações por unanimidade, interrogando como é que é possível isto estar a acontecer.

Transmitiu que na passada quinta-feira, todos os municípios da AML foram convocados para uma reunião do Conselho Metropolitano da Mobilidade. Nessa mesma reunião, onde estão representados os 18 municípios, compareceram dois presidentes de câmara, Montijo e Alcochete, acompanhado sempre pelo senhor vereador Pedro Lavrado, onde uma vez mais sublinharam que esta situação é insustentável e inaceitável.

Nesta reunião, afirmou que são necessárias respostas, soluções e mais do que erguer a voz e protestar, foram também apresentadas soluções que estão patentes nesta Moção, revelando que as coimas e as multas do ponto de vista jurídico serão integralmente aplicadas à empresa, o qual espera que realmente aconteça.

Asseverou que antes do início da reunião de câmara teve a oportunidade de verificar qual era o ponto de situação relativamente aos motoristas de Cabo-Verde, onde o Governo está de alguma forma envolvido no sentido de desbloquear e acelerar os processos dos vistos desses mesmos motoristas, temendo, no entanto, que este problema vá mais além do que aquilo que é o preenchimento das carências e lacunas existentes nos profissionais da condução e tal como está explícito na Moção os problemas não estão apenas sediados neste ponto, ou seja, em Alcochete, a TML (Transportes Metropolitanos de Lisboa) tem uma representação junto à Escola do Monte Novo, num espaço exíguo, que não tem as mínimas condições para que as pessoas se possam deslocar à respetiva loja, do ponto de vista da mobilidade reduzida, do problema da rede de paragens, o não cumprimento dos horários previamente definidos pelos municípios e em particular pelo município de Alcochete. O próprio controlo da rede é estranho, não fazendo sentido que em pleno século XXI, as escalas, os percursos se processem em papel manuscrito.

Reforçou que esta é uma situação insustentável, dado que o pretendido não era apenas e só a alterar o paradigma dos transportes públicos, é um processo que visa mais e melhores transportes em Alcochete, com novas paragens, novos percursos a servirem as zonas industriais que não dispunham de paragens de autocarros. As expetativas que foram criadas na AML, eram de grande satisfação.

Aludiu que no dia seguinte este assunto será debatido no Conselho Metropolitano, o qual será alvo de críticas e múltiplos protestos por parte da Câmara Municipal de Alcochete, o

que a TML está a fazer por culpa de uma operadora que é ineficaz, ineficiente, prejudicando gravemente a vida das pessoas. Enquanto presidente da Câmara Municipal de Alcochete não admite absolutamente a ninguém que mexa com a vida dos munícipes, que tardam em chegar aos seus empregos, com a particularidade de Alcochete não ter alternativa em termos de transporte, a não ser o rodoviário.

O senhor vereador Luís Franco demonstrou que na sua opinião esta Moção deveria ser uma Moção institucional da Câmara Municipal de Alcochete e não uma Moção apresentada pelo Partido Socialista enquanto força partidária, porque partidarizando a matéria que é problemática, que está a afetar gravemente a vida de milhares de munícipes de Alcochete, pode transmitir a sensação de que a maioria do Partido Socialista na Câmara Municipal de Alcochete está a tentar evitar contágios semelhantes aos acontecimentos que se verificaram no decurso da última reunião de câmara realizada no Montijo, em que os munícipes, mobilizados pelos fortes constrangimentos a que têm sido sujeitos em razão do péssimo funcionamento deste serviço, hostilizaram a Câmara Municipal do Montijo.

Declarou que esta Moção do Partido Socialista apesar de ter sido apresentada pelo senhor vereador Pedro Lavrado, tece algumas críticas, nas quais a bancada da CDU se revê completamente. Apontou que a Moção menciona que se questionou, alertou e invocou e por isso é que os vereadores eleitos pela CDU requereram à Câmara Municipal que lhe fossem facultados documentos, atas de reuniões, ofícios, que tenham sido remetidos para a AML, TML ou para a concessionária destes serviços públicos, onde o senhor presidente ou o senhor vereador Pedro Lavrado, se tenham insurgido contra o gravoso funcionamento desta prestação de serviços.

Questionou se no decurso destes meses de prestação de serviço público pela Alsa Todi, se outros gritos formais de revolta foram gritados pela Câmara Municipal de Alcochete, no sentido de reivindicar a prestação de um serviço público que correspondesse infimamente ao que consta do contrato de concessão, sendo necessário que os gritos sejam reiterados pela defesa intransigente do bem-estar, da qualidade de vida, da empregabilidade dos munícipes, de onde inclusivamente chegaram relatos de pessoas que efetuaram contratos a termo certo, se viram prejudicados na renovação desse contrato ou na não conversão num

contrato de trabalho efetivo, em consequência dos constantes atrasos com que chegavam ao local de trabalho, provocados pela Alsa Todi.

Afirmou que está de acordo com as considerações e críticas presentes na Moção relativamente à concessionária em exigir que cumpra os termos do acordo, contudo, não concorda por um lado com o facto de não se estar perante uma proposta institucional da câmara municipal, porque o que vai chegar ao senhor Presidente da República, ao senhor Primeiro-Ministro e a todas as outras entidades, será uma Moção do Partido Socialista, aprovada, provavelmente, por unanimidade da câmara municipal.

Continuou expondo que a Moção refere que não obstante permanecer a vontade de continuar a contribuir para um sistema que foi idealizado para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, não se alterando a situação, se deixará de estar disponível para continuar a financiar este sistema, perguntando se ao se deixar de financiar este processo, quais serão as consequências do ponto de vista contratual, do ponto de vista da prestação deste serviço público. Se a Câmara Municipal de Alcochete deixar de financiar o sistema, qual é a solução que apresenta aos seus munícipes. Adquirir uma frota de autocarros e municipalizar o serviço público de transportes?

O senhor presidente relativamente aos considerandos que o senhor vereador Luís Franco teceu, declarou que na sua perspetiva são apenas meras sensações. O executivo não apresenta uma Moção, porque na Câmara Municipal do Montijo esteve um determinado número de pessoas, a Câmara Municipal de Alcochete tem uma entidade própria. Desde 2017 tem completa autonomia para apresentar propostas, moções, deliberações, não estando dependente de ninguém, nem de nenhum partido em particular, mesmo daquele que o executivo representa, por isso, esta Moção é apresentada pelos eleitos do Partido Socialista na Câmara Municipal de Alcochete, onde está incluído o presidente da câmara e a vereação, com a exceção da senhora vereadora Natacha Patinha e do senhor vereador Luís Franco, não lhe parecendo que esta Moção, ao ter o logotipo do Partido Socialista ou o brasão do município, que quem a rececione não fará diferenciação em respeito a essa matéria.

Sobre os documentos, ofícios e atas que o senhor vereador requereu, informou que parece um pouco impossível corresponder ao objetivo, tendo em conta que não se está apenas e só sentado nos gabinetes a redigir *emails* e ofícios para estas entidades. Desde o dia 1 de junho de 2022 que se protesta em sede própria, na AML, no Conselho Metropolitano da Mobilidade e em várias outras reuniões que a AML por via do senhor primeiro-secretário desenvolveu com os municípios da área 4 e com o operador, não se tendo efetuado atas, pressupondo-se que a própria AML também não as tenha elaborado. São realizadas atas nos Conselhos Metropolitanos, tal como é do conhecimento do senhor vereador Luís Franco que já foi membro desse Conselho, elas são aprovadas em minuta e pouco espelham o que é discutido, com a intensidade ferosa que a política envolve.

Assumi que ao longo de 4 meses e em conjunto com o senhor vereador Pedro Lavrado, tem existido em sede própria, um firme propósito de defender intransigentemente os interesses da população nessa matéria, referindo que não se vai comprar uma frota de autocarros para servir a população, mas a realidade é que a TML tem mexido com a vida das pessoas, o que é inaceitável. Apresentaram-se propostas como as que estão redigidas na Moção, reclamando e exigindo que sejam aplicadas as respetivas coimas por incumprimento do contrato.

Vincou que nunca seja colocado em dúvida, aquilo que tem sido o trabalho desenvolvido sobre este assunto. Em relação às cartas e atas em que a câmara municipal se tem insurgido, é da opinião que o que é solicitado seja apenas para sustentar a opinião do senhor vereador, sendo expectável que não se esteja a colocar em dúvida as suas palavras, quando afirma que desde o dia 1 de junho de 2022 se tem veementemente assumido uma posição de defesa intransigente dos utentes, penalizando e provocando para que sejam tomadas medidas mais drásticas junto da TML e do operador.

O senhor vereador Luís Franco transmitiu que não coloca em causa que os gritos de insurgimento, de revolta, tenham sido proferidos, mas que aprendera muito precocemente, que as entidades públicas, nomeadamente as câmaras municipais dialogam com os seus interlocutores por escrito, tendo receio que se tenha andado a “pregar aos peixes”, cujas críticas não tenham chegado na forma correta e aos locais corretos, tendo por isso somente solicitado uma evidência, um ofício da Câmara Municipal de Alcochete dirigidos à

concessionária Alsa Todi, em que o município alerta para o caos que se tem estado a agravar. Lembrou que o senhor presidente afirmou que não existem esses ofícios, questionando se esses gritos foram reiterados, e se não existiu um que fosse formalizado de forma escrita e remetido à Alsa Todi.

Sublinhou que o projeto dos transportes metropolitanos e do passe social, cujo valor e cobertura trouxeram condições potenciais para melhorar a qualidade de vida dos munícipes, é matriz da CDU, embora atualmente protagonizado por outros, mas o que importa é que os cidadãos tenham mais qualidade de vida.

Reiterou que a Moção deveria ser institucional, não partidarizando o assunto, discordando com o senhor presidente quando afirma que uma Moção apresentada pelo partido político tem o mesmo peso institucional que uma moção apresentada pela câmara municipal.

Concluiu recordando que na Moção se afirma perentoriamente que se tudo continuar a correr mal, deixarão de estar disponíveis para continuar a financiar este sistema, questionando qual é a solução que apresentam para na eventualidade de deixarem de financiar, poder continuar a haver transportes públicos de passageiros no concelho de Alcochete.

O senhor presidente deu nota que não sabe se existe um ou mais ofícios, ou atas, mas que o que possa existir não corresponde em termos escritos à multiplicidade de protestos que têm vindo a ser efetuados. Continuou afirmando que é um direito do senhor vereador Luís Franco ficar com dúvidas pelo facto de não existirem referências do que se está a afirmar, contudo tem a consciência do que se tem vindo a preconizar em sede própria.

Sobre a questão colocada, respondeu que é um passo que está a ser articulado com todos os presidentes de câmara, sendo uma forma de pressionar a TML, para que possa encontrar soluções, lembrando que o financiado pelos municípios é o passe “Navegante” e não o respetivo procedimento, realçando a extraordinária importância para quem todos os dias trabalha em Lisboa e que pagava mensalmente um passe de €140,00 (cento e quarenta euros), atualmente paga €40,00 (quarenta euros).

Transmitiu que está em curso uma operação de se deslocar de Cabo-Verde para Portugal cerca de 70 motoristas, os quais inicialmente seriam provenientes do Brasil, mas que por motivos de incompatibilidade com o que está legislado em Portugal sobre a documentação obrigatória para a condução dos veículos pesados de transporte de passageiros, tal não foi possível. É expectável que durante a próxima semana os motoristas cabo-verdianos comecem a chegar, e eventualmente, o problema possa ser minimizado, aguardando-se que o Governo torne célere o processo dos vistos.

O senhor vereador Pedro Lavrado referiu que na Divisão de Administração do Território da Câmara Municipal de Alcochete, existem dezenas de *emails* enviados para a TML com o reporte de inúmeras e variadas situações, existem atas de reuniões semanais que têm acontecido desde o início das operações com os serviços técnicos, tendo partilhado um *email*, que o próprio enviou a 2 de junho para a administração da TML e administradores da Alsa Todi:

«Exmos. Senhores,

Partilho convosco a minha profunda preocupação e o meu desalento pela forma como se está a iniciar a operação da Carris Metropolitana, todos sabíamos da gigantesca operação que tínhamos em mãos e estávamos preparados para os imensos desafios que temos pela frente, mas confesso que não esperava que o caos fosse tão grande. Para além de todos os problemas que os nossos serviços técnicos têm reportado, há um que não consigo compreender o porquê e que causam um transtorno enorme às pessoas. As carreiras que vão para Lisboa via Vasco da Gama, estão a ser efetuadas por autocarros de pequena dimensão e com vinte e poucos lugares sentados e muitos lugares em pé. Na ponte Vasco da Gama não se pode circular em pé, temos situações de passageiros a entrarem numa paragem e na seguinte, no *Freeport*, terem de sair, porque estão em pé e não podem prosseguir viagem em plena hora de ponta. Isto não é admissível, se temos uma frota com 237 autocarros a funcionar, onde andam os autocarros maiores, com os lugares sentados para circular para Lisboa? Aqueles autocarros não podem efetuar as linhas para Lisboa, pelo menos nas horas de ponta, causando filas que ontem e hoje eram incomportáveis e insuportáveis.

É urgente alterar a tipologia destes autocarros já!

Não temos as carreiras circulares a funcionar, 4001 e 4002 e os minibus estão a fazer a carreira do Cais do Seixalinho – Alcochete, há linhas em que o trajeto feito pelos motoristas é o antigo e não o do novo percurso, há utentes a deixarem as paragens e ir de *Uber* para Lisboa e muito mais.

Volto a referir que sabem de todas as dificuldades por que estamos a passar e algumas eram previsíveis, mas é preciso comunicar com as pessoas, é preciso informar, porque motivo as coisas não estão bem. Somos abordados a toda a hora, com todas as questões e não temos respostas plausíveis para dar, assim estamos a levar o nome da Carris Metropolitana para o descrédito, de onde vai ser difícil sair e fazer acreditar as pessoas que a mudança será para melhor.

Termino frisando que acompanhei este processo desde a primeira hora e acredito profundamente nele, mas é preciso explicar para que as pessoas acreditem nele, senão poderá ser tarde demais, mas desde já alterar a tipologia destes autocarros já é um princípio e que pode melhorar e muito. Obrigado pela atenção e desculpem o desabafo.»

Reiterou que o financiamento prestado pelo município é para o PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos) e não diretamente para o sistema de transporte rodoviário. São cerca de €350.000,00 (trezentos e cinquenta mil euros) que o município disponibiliza anualmente e que se destina a apoiar a redução do custo do passe “Navegante”, existindo uma verba que está cabimentada para além dos €350.000,00 (trezentos e cinquenta mil euros), ficando cativa com um valor superior a €500.000,00 (quinhentos mil euros) e que se destina a eventuais aumentos ou alterações dos percursos e horários que o município entenda efetuar, contudo, os incrementos de horários e carreiras não superiores a 10% não dão origem a mais valias do contrato.

Por último informou que o facto de o município deixar de pagar é mais um grito de revolta do que propriamente o impacto que terá na operação, é muito mais grave as multas que estão para ser aplicadas e que poderão colocar em causa o sistema, pelo valor que apresentam,

tendo sido o operador notificado por três ou quatro vezes em razão dos diversos incumprimentos.

O senhor vereador Luís Franco aludiu que a câmara dialoga com a concessionária, conforme consta na proposta de Moção e dos esclarecimentos prestados pelo senhor vereador Pedro Lavrado, tendo ficado sensibilizado com o desabafo e estado de alma em relação à operadora, não tendo dúvidas do empenho e preocupação do executivo, mas sim que os gritos de revolta não tenham sido enviados para as entidades certas, tais como AML, TML, Alsa Todi.

Adiantou que compreendeu a explicação do senhor presidente em relação ao deixar de financiar o sistema, porque estaria integrada numa estratégia comum aos 16 municípios que integram esta operação, todavia, essa informação deveria constar na proposta para fortalecer ainda mais o seu sentido. Contudo, ficou preocupado com a explicação do senhor vereador Pedro Lavrado, quando diz que a Câmara Municipal de Alcochete suporta financeiramente o passe “Navegante”, no entanto considera se se deixar de financiar e este contrato com a Alsa Todi se mantiver, essa ameaça poderá resultar num maior prejuízo para os munícipes, fazendo com que paguem mais do que pagariam tendo o financiamento da câmara.

Finalizou a sua intervenção reiterando a posição de que independentemente das divergências partidárias, dos diferentes posicionamentos políticos em relação às temáticas, que todas as forças se possam convergir para este problema gravíssimo que afeta a vida dos munícipes se resolva o mais rapidamente possível.

O senhor presidente demonstrou que o que o município de Alcochete executa, a exemplo dos restantes municípios da AML, é financiar o passe “Navegante”. Todos os restantes municípios desembolsam verbas muito mais avultadas do que Alcochete, por via da densidade populacional que cada um tem. Adiantou que a apresentação de Moções não é uma estratégia concertada, mas que está a ser levada a cabo por alguns municípios, não existindo uma articulação entre câmaras nas moções que apresentam e se desenvolvem nas várias reuniões de câmara e independentemente do partido político, estão a ter igual

postura no sentido de pressionar quem de direito, nomeadamente a TML, responsável por este processo.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a Moção por unanimidade.

O senhor presidente propôs a inclusão do seguinte ponto no período da Ordem do Dia: “Protocolo de Colaboração – Projeto de Prospeção Geofísica na Olaria Romana do “Porto dos Cacos”.

A sua inclusão foi aceite, ficando numerado como ponto 3.4, renumerando-se assim, os restantes pontos.

B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções

C. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €8.249.689,24 (oito milhões, duzentos e quarenta e nove mil, seiscentos e oitenta e nove euros e vinte e quatro cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente informou que entre os dias 14/09/2022 e 27/09/2022, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €991.613,57 (novecentos e noventa e um mil,

seiscentos e treze euros e cinquenta e sete cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 3628 ao n.º 3844.

A Câmara tomou conhecimento.

3. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR-PRESIDENTE E VERAÇÃO:

3.1. Contrato de Doação de uma peça de Fernando Jorge Ferreira Simões Pessoa

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando:

- que Fernando Jorge Ferreira Simões Pessoa se propõe doar ao município de Alcochete uma peça, de que é proprietário;
- que é interesse do município de Alcochete a aceitação da referida proposta de doação, porquanto a peça em causa enriquecerá o acervo do Museu Municipal de Alcochete.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

- aceitar a doação da peça referida, que se destina a integrar o acervo do Museu Municipal;
- aprovar a minuta de contrato de doação, que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a minuta de Contrato de Doação, como **Doc. 1**.

3.2. Isenção de pagamento taxas – “Bote Leão”

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Por solicitação do senhor presidente da Junta de Freguesia do Samouco, Leonel Fina, apresentamos o pedido de passeio gratuito na embarcação “Bote Leão”, para a realização de passeio aberto à população, dirigido ao público sénior residente na freguesia, no próximo dia 7 de outubro, às 14h30.

Considerando memória coletiva do povo de Alcochete, nomeadamente, no que concerne às atividades ligadas ao rio, às embarcações tradicionais e cultura marítima e piscatória de outrora, as juntas de freguesia, pela sua proximidade com a população, têm um papel fundamental na preservação da cultura e identidade local, ao proporcionar este tipo de atividade de vivência cultural.

Neste sentido e, considerando a fundamental colaboração entre a Junta de Freguesia do Samouco e a Câmara Municipal de Alcochete na promoção e divulgação da identidade cultural e das tradições do povo alcochetano, propõe-se a isenção de pagamento da utilização da embarcação “Bote Leão” para a realização desta atividade promovida pela Junta de Freguesia do Samouco, no valor de €200,00.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

3.3. Contrato de Doação de um conjunto de 12 peças (fotografias)

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando:

- que a Junta de Freguesia do Samouco se propõe doar ao município de Alcochete um conjunto de 12 peças, de que é proprietária;

- que é interesse do município de Alcochete a aceitação da referida proposta de doação porquanto as peças em causa enriquecerão a coleção de obras de arte da Câmara Municipal de Alcochete.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

- aceitar a doação das peças referidas, que se destinam a integrar a coleção de obras de arte da Câmara Municipal;
- aprovar a minuta de contrato de doação, que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a minuta de Contrato de Doação, como **Doc. 2**.

3.4. Protocolo de Colaboração – Projeto de Prospeção Geofísica na Olaria Romana do “Porto dos Cacos”

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«O Centro Oleiro do Porto dos Cacos está situado na Herdade de Rio Frio, junto à ribeira das Enguias, no concelho de Alcochete. Foi classificado em 2011 como Sítio de Interesse Público, de acordo com a Portaria n.º 591/2011, de 27 de junho.

Conforme está descrito na referida Portaria, “a Olaria Romana do Porto dos Cacos é um importante exemplar de um complexo industrial romano”, possuindo elementos patrimoniais únicos que são parte da História nacional e internacional.

A Universidade Nova de Lisboa pretende desenvolver no Centro Oleiro do Porto dos Cacos um projeto que consiste na aplicação de métodos e técnicas de prospeção geofísica, com

vista a obter uma leitura do subsolo, por meio de análises magnéticas e de resistividade elétrica que permitem detetar e caracterizar eventuais estruturas arqueológicas. Este processo é um método que não causa danos no subsolo e possibilita, de forma imediata, uma leitura 'raio X' de um sítio arqueológico, sugerindo áreas com potencial para futuras intervenções arqueológicas.

O projeto será desenvolvido em parceria com o Centro de Arqueologia de Almada e a Universidade de *Marburg* (Alemanha), sendo feito o acompanhamento no terreno por um professor desta entidade.

A proposta de Protocolo com o Centro de Arqueologia de Almada tem, assim, em vista a promoção da descoberta de novos elementos arqueológicos no Centro Oleiro do Porto dos Cacos, o reforço da investigação sobre os grandes circuitos de exportação entre as várias províncias do Império Romano e a salvaguarda deste sítio arqueológico classificado.

Considerando:

- que o Município de Alcochete tem por atribuições a promoção e a salvaguarda dos interesses próprios da respetiva população em articulação com as freguesias, designadamente, no domínio do património cultural, de harmonia com o disposto nos artigos 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea e) e 33.º, n.º 1, alínea t), do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- a importância patrimonial da olaria romana do “Porto dos Cacos”.

Encontram-se reunidas as condições para submeter a reunião de Câmara a presente proposta de apoio financeiro de €500,00 (quinhentos euros).»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Protocolo, como **Doc. 3**.

3.5. Celebração de Contrato Programa com o Ténis Clube de Alcochete

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades quotidianas sentidas para manter o funcionamento da sua atividade, regular ou pontual, com a devida definição de critérios respeitando os princípios da equidade social, onde o rigor e a transparência são fatores essenciais para a concretização de um projeto participado, assente na parceria e cooperação.

Assim, considerando:

- As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23.º - 2 alíneas e) e f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento;
- A competência da Câmara Municipal, nos termos das alíneas o) e u), do artigo 33.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza as instituições legalmente constituídas, com vista à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;
- A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria;

- As reuniões dinamizadas com os interessados, com a indicação das propostas de atividades a serem consideradas para o ano de 2022, bem como os critérios para a atribuição dos apoios, tendo os presentes concordado com a proposta apresentada.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €1.000,00 (mil euros), ao Ténis Clube de Alcochete.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Contrato Programa, como **Doc. 4**.

3.6. Celebração de Contrato Programa com a Casa do Povo de Alcochete

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades quotidianas sentidas para manter o funcionamento da sua atividade, regular ou pontual, com a devida definição de critérios respeitando os princípios da equidade social, onde o rigor e a transparência são fatores essenciais para a concretização de um projeto participado, assente na parceria e cooperação.

Assim, considerando:

- As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23.º - 2, alíneas e) e f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento;
- A competência da Câmara Municipal, nos termos das alíneas o) e u), do artigo 33.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza as instituições legalmente constituídas, com

vista à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;

- A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria;
- As reuniões dinamizadas com os interessados, com a indicação das propostas de atividades a serem consideradas para o ano de 2022, bem como os critérios para a atribuição dos apoios, tendo os presentes concordado com a proposta apresentada.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €2.700,00 (dois mil e setecentos euros), à Casa do Povo de Alcochete.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Contrato Programa, como **Doc. 5**.

3.7. Atribuição de Ação Social Escolar - Ano Letivo 2022/2023

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«No âmbito do estabelecido pela alínea hh), do n.º 1, do artigo 33.º e pelo ponto 1, do artigo 34.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, é competência da Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a atribuição de auxílios económicos no âmbito da alimentação, material escolar e visitas de estudo.

De acordo com o estabelecido pela legislação em vigor e após a análise de todos os requerimentos e respetiva fundamentação documental, propõe-se a atribuição de Ação Social Escolar no escalão A a 5 alunos do ensino pré-escolar e a 8 alunos do 1.º ciclo do ensino básico. No escalão B a 4 aluno do ensino pré-escolar e a 10 alunos do 1.º ciclo do ensino básico, cujos processos encontram-se disponíveis para consulta no Setor de Educação.

Assim sendo, propõe-se que a Câmara Municipal delibere favoravelmente a atribuição de Ação Social Escolar para o ano letivo 2022/2023, com efeitos a 19 de setembro de 2022.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

3.8. Recurso a reserva de recrutamento interna de um assistente operacional na área dos refeitórios escolares

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte proposta:

«De acordo com a manifestação da Divisão de Intervenção Social, verifica-se a necessidade urgente e permanente de ocupação de um posto de trabalho de assistente operacional na área do refeitório escolar no regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, tendo em consideração o aumento crescente de refeições escolares e da necessidade de resposta aos diferentes regimes alimentares relacionados com restrições ou intolerâncias alimentares dos alunos.

Neste sentido e, atendendo a que existe no Município a correspondente lista unitária de ordenação final, válida até 09/11/2022, decorrente do desenvolvimento do procedimento concursal publicitado no “Diário da República”, 2.ª série, n.º 206, de 22 de outubro de 2020, cuja oferta de emprego na BEP adquiriu o n.º OE202010/0779, poderá tal necessidade ser satisfeita com recurso à reserva constituída no próprio organismo, na medida em que, existe o respetivo posto de trabalho vago no Mapa de Pessoal do Município, para o lugar em questão, estando prevista a consequente orçamentação da despesa.

Desta forma, dada a demonstrada insuficiência de recursos humanos, para assegurar o cumprimento das obrigações legalmente estabelecidas e a qualidade do serviço a prestar nesta área de atividade, torna-se imprescindível o recrutamento daquele posto de trabalho, pelo que em face de todo o articulado jurídico, sustentado pela informação da DAGR n.º 71/2022, anexa e, considerando que se encontram cumpridos todos os requisitos previstos para o efeito, proponho, submeter à aprovação do órgão executivo, o recrutamento de um trabalhador, com recurso à referida reserva de recrutamento interna do procedimento concursal supra mencionado, para constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, de um posto de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional, na área dos refeitórios escolares».

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Informação, como **Doc. 6**.

4. Apoios financeiros

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte proposta:

- Atribuição de apoio financeiro à Associação de Proteção dos Animais Abandonados “Os Canitos”

«No âmbito da colaboração existente entre a Câmara Municipal de Alcochete e a Associação “Os Canitos”, nomeadamente no descrito no Protocolo de Colaboração entre ambas as entidades, confirmo, para efeito da eventual atribuição de apoios institucionais ao abrigo do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, o apoio disponibilizado pela Associação no referente a situações de urgência médico-veterinárias de animais capturados e acolhimento em sistema FAT (Famílias de Acolhimento Temporário) quando são necessários cuidados de recobro.

Realça-se ainda a importância da Associação “Os Canitos” na promoção dos processos de adoção, na realização de atividades, como passeios temáticos, angariação de bens, ações que contribuem para o bem-estar animal.

Tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, submete-se para discussão e deliberação a proposta de atribuição de um apoio financeiro à Associação “Os Canitos” no valor de €1.600,00 (mil e seiscentos euros).

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

5. Informações

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foram apresentadas as seguintes informações:

– “Comemorações Dia do Animal”

«A Câmara Municipal de Alcochete levará a cabo, uma vez mais, no dia 05 de outubro, entre as 10h30 e as 12h30, as comemorações relativas ao Dia do Animal.

O evento contará com uma programação variada que inicia com uma demonstração da Unidade Cinotécnica da Base Aérea n.º 6, seguindo-se um passeio/desfile canídeo com alguns animais do Centro de Recolha Oficial de Animais de Alcochete (CROAA), proporcionando a toda a população participante a oportunidade de contactar, interagir e adotar um dos animais do CROAA.

Realça-se a importância destas ações na promoção dos processos de adoção e bem-estar animal, contribuindo assim para a diminuição do abandono animal no nosso concelho.

Este evento conta com a parceria da Associação Alfaiate – Associação para a Defesa e Proteção dos Animais em Alcochete, “Os Canitos” – Associação para a Proteção dos Animais Abandonados e a Base Aérea nº 6.»

A Câmara tomou conhecimento.

– **“Reabilitação do CROAA (Centro de Recolha Oficial de Animais de Alcochete)”**

«No decurso do mês de agosto iniciou-se a obra tão desejada no Centro de Recolha Oficial de Canídeos, trata-se de um canil com o novo visual, com melhores serviços, destinados aos nossos amigos de 4 patas, trata-se de uma candidatura com um valor de €317.000,00 (trezentos e dezassete mil euros) já com IVA, para a qual obtivemos a comparticipação de €50.000,00 (cinquenta mil euros).

A construção irá prever uma zona de receção, um gabinete veterinário, uma sala de fármacos, instalação sanitária, sala de tratamentos e esterilização, sala de operações, zona de higienização, um armazém de cadáveres, um armazém de rações e um armazém de material de captura.

Iremos ter uma outra inovação, para além do espaço de recreio que já existe, mas que vai sofrer algumas melhorias, vamos também ter, embora de menor dimensão, um gatil, através da requalificação de um edifício já existente e que nos proporcionará obter cerca de 10 espaços destinados a gatil, que estarão ligeiramente afastados da zona dos canídeos por razões óbvias. Esperamos assim ter a oportunidade de satisfazer também esta situação, porque infelizmente neste século ainda se abandonam animais, algo que é completamente inconcebível.»

A Câmara tomou conhecimento.

D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 18:58 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Joel Rodrigues, assistente técnico, subscrevo e assino.